

Considerações Finais

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como antecipámos na introdução, os dados compilados neste volume contam-nos uma história de crescimento. Prolongando um processo que vinha de trás, balizado por novas exigências, metas – de que se destaca, desde logo, o aumento da escolaridade obrigatória para os 9 anos – e métodos, o vinténio 1986-2006 viu a expansão espectacular da Educação Pré-escolar. Viu crescer o investimento público em educação, tanto em termos absolutos como em percentagem do produto e *per capita* de aluno; os recursos docentes (bem como a parcela das despesas com pessoal na estrutura da despesa pública), em números absolutos e *per capita* de aluno; os números de alunos e de diplomados. Mas (entre 1995 e 2005, já que anteriormente não há dados estatísticos) só viu crescer o sucesso escolar no 1º ciclo do Ensino Básico; no 2º ciclo decaiu um pouco, no 3º ciclo bastante mais, e no Ensino Secundário caiu bruscamente em 1996, com escassos sinais de recuperação no decénio subsequente. Sensivelmente no mesmo intervalo, as taxas de diplomação do Ensino Superior, tida em conta a duração normal dos seus ciclos de estudos, mantiveram-se relativamente baixas, embora com tendência ascendente em quase todos os ciclos. O ciclo de estudos cuja taxa de diplomação mais se acercou da que seria normal dada a sua duração, foi o de doutoramento, o mais selectivo à entrada. Registe-se o crescimento exponencial e sustentado dos doutoramentos nas universidades portuguesas como um dos grandes êxitos do Sistema Educativo português no período considerado, neste caso articulado com o sistema científico.

Em termos gerais, no simples plano estatístico e abstraindo-nos da questão, mais complexa e certamente relacionada, da qualidade das aprendizagens, os efeitos potencialmente positivos do alargamento dos recursos investidos e da cobertura da população não foram reforçados por um aumento da eficiência do sistema, pelo contrário. Os insucessos acumulados ao longo das trajectórias escolares dos alunos geraram atrasos etários na conclusão dos sucessivos ciclos de estudos, com os efeitos agregados de retardamento da qualificação e de saídas precoces do sistema de ensino, uma vez ultrapassada a idade limite da escolaridade obrigatória

sem os alunos terem concluído o 3º ciclo do Ensino Básico (saída antecipada), ou, tendo-o concluído, sem prosseguirem estudos secundários. A estagnação, desde a segunda metade dos anos 90, da taxa de escolarização nas idades acima dos 15 anos é um indicador do esgotamento precoce da capacidade de crescimento do Sistema Educativo, nos moldes em que funcionou ao longo dos últimos 20 anos, tidos em conta os défices comparativos que foram identificados na introdução e que urge superar.

Com o crescimento, o sistema viu também, decerto, diversificarem-se as populações das escolas, social e culturalmente, a par de transformações ocorridas na sociedade envolvente. A diversificação da população discente, dos "públicos da escola", está sobrejamente patente no discurso público, a partir de evidências da experiência quotidiana e de casos estudados, com as exigências que coloca de adequação das práticas educativas e das organizações escolares. A da população docente, que também há-de ter ocorrido, é menos problematizada. Mas os dados e os indicadores disponíveis sobre o conjunto do sistema educativo não se prestam à caracterização destas diferenciações sociais. Pudemos, no entanto, caracterizar algumas tendências de diferenciação em torno de dois eixos, o da tutela institucional e o do sexo.

Durante todo o período, o sector público dominou o Sistema Educativo, no que respeita ao seu peso no total dos alunos. Mas o sector privado cresceu mais acentuadamente, tendo aumentado quase ininterruptamente o seu peso relativo ao longo dos 20 anos observados, de 11 por cento em 1985/86 para 19 por cento em 2005/06. Embora longe de podermos falar de "privatização" do Sistema Educativo, são dignos de atenção os factos de quase 1 em cada 5 alunos estar matriculado em instituições de educação do sector privado e de esse peso ter quase duplicado em 20 anos.

Esta evolução parece obedecer a duas lógicas distintas. Na primeira, o sector privado constitui uma oferta supletiva colmatando défices quantitativos da oferta pública. Esta parece ter sido a lógica do aumento do peso relativo do sector privado nos níveis pré-escolar (frequentemente, ao abrigo

de protocolos com o Estado), e superior até meados dos anos 90 (década em que estes dois níveis, em conjunto, passaram a perfazer mais de metade dos alunos matriculados no sector privado). A inversão de tendência a partir da segunda metade da década de 90 ter-se-á devido, no nível pré-escolar ao aumento da oferta pública num contexto de crescimento contínuo do número total de alunos. No Ensino Superior, deveu-se ao abrandamento do crescimento, ao qual também o sector público foi adequando a oferta, e à ulterior retracção da procura, que atingiu mais cedo e com maior intensidade o sector privado.

A segunda lógica, que terá sido dominante no Ensino Básico e, sobretudo, no Ensino Secundário, aparenta corresponder mais a determinantes qualitativas, já que, salvo situações pontuais, não se poderá falar de défice da cobertura quantitativa pelo sector público. O crescimento do peso relativo do sector privado no Ensino Básico foi moderado. No Ensino Secundário, pelo contrário, foi muito acentuado, mais do que triplicando em 20 anos, de 6 para 19 por cento do total dos alunos matriculados no nível. Num contexto de deterioração do sucesso escolar no Ensino Secundário, e de crescente aspiração de acesso a estudos superiores, em larga medida determinado pelos resultados obtidos no secundário, este aumento da procura do sector privado dificilmente deixará de estar associado à busca de vantagens qualitativas, nomeadamente expressas em resultados escolares.

Com efeito, as taxas de transição e de conclusão foram sistematicamente favoráveis aos alunos do sector privado, e no 3º ciclo do Ensino Básico e no Ensino Secundário essa diferença tendeu mesmo a aumentar, desde a segunda metade da década de 90. Nomeadamente, a crescente diferença da taxa de conclusão no Ensino Secundário (em que o sector privado, que tinha uma taxa inferior em 2 por cento em 1994/95, veio a atingir uma vantagem de 14 por cento em 1994/95, ao cabo de uma subida quase ininterrupta) certamente contribuirá para explicar o crescimento relativo da procura de escolas privadas neste nível de ensino. Diferentes ordens de factores podem ser invocados para explicar, por sua vez, os melhores resultados dos alunos dos Ensinos Básico e Secundário no sector

privado. Selecção e auto-selecção social, económica e cultural da procura, práticas pedagógicas e de supervisão dos alunos, modos de organização e gestão, e certamente ainda outros factores poderão disputar a primazia ou complementar-se nessa explicação. Os dados estatísticos existentes não permitem discerni-los, mas fica constatado um dos eixos de diferenciação, importante e crescente, dos resultados escolares, cujos mecanismos certamente convirá identificar.

Quanto à diferenciação sexual, a tendência dos últimos 20 anos foi claramente para a feminização da população discente, considerada como um todo. Mas o aumento da proporção feminina não foi homogéneo, antes se diferenciou, ele próprio, por níveis de ensino. A feminização deu-se inteiramente acima da escolaridade obrigatória. A maioria feminina manteve-se no 3º ciclo do Ensino Básico até 1992/93, *grosso modo* até à implantação efectiva deste ciclo de estudos como limite da escolaridade obrigatória. A partir de então, a superioridade feminina nos efectivos discentes assentou exclusivamente no Ensino Secundário (entre 52 e 54 por cento de mulheres, com tendência descendente) e no Ensino Superior (começando com 51 por cento de mulheres em 1985/86, situou-se acima dos 55 por cento desde 1990/91, com máximos de 57 por cento em vários anos desde então). A taxa de feminidade dos diplomados do Ensino Superior oscilou entre 64 e 67 por cento desde 1997; aqui, no entanto, é tanto mais baixa quanto mais elevado o ciclo de estudos, embora crescente nos níveis de pós-graduação, mestrado e doutoramento. Podemos dizer que a feminização atingiu o topo do sistema ao conquistar este último grau em 2005, ano em que pela primeira vez o número de mulheres que concluíram o doutoramento nas Universidades portuguesas ultrapassou o dos homens, atingindo os 53 por cento em 2006.

Por outro lado, a frequência da modalidade de ensino nocturno ou recorrente foi crescente no Ensino Básico desde 1985/86, quando as mulheres representavam 39 por cento dos alunos matriculados nesta modalidade e nível, até 1998/99, ano a partir do qual a taxa de feminidade estabilizou entre os 54 e os 55 por cento. As mulheres, não só tendem a levar os seus estudos mais longe do que os homens, como usam mais as

modalidades de regresso aos estudos para completarem o Ensino Básico, após abandono ou saída antecipada.

A maior presença no ensino nocturno ou recorrente no nível básico não resulta de pior desempenho escolar das raparigas. Pelo contrário, as taxas de transição e de conclusão das alunas são mais elevadas que as dos alunos em todos os ciclos de estudos do Ensino Básico e no Ensino Secundário, diferença que aumenta tendencialmente com o ciclo e o nível de estudos. Nos anos para que existe informação, a diferença a favor das alunas na taxa de transição no Ensino Básico oscilou entre 4 e 5 por cento, e entre 5 e 11 por cento no Ensino Secundário. A taxa de diplomação das mulheres no Ensino Superior (indicador que, lembramos, não é rigorosamente comparável) é também mais elevada que a dos homens, diferença que aumentou desde 1997 de 4 para 7 por cento. A feminização do sucesso escolar contribui assim para explicar o padrão de feminização da população no topo, pelo efeito combinado dos percursos escolares de base tendencialmente mais rápidos nas raparigas e do estímulo ao prolongamento dos estudos. Uma vez mais, este eixo de diferenciação sexual dos resultados e do investimento escolar – que, de resto, não é específico do caso português – poderá ser alvo de múltiplas hipóteses de explicação, que não tem cabimento enumerar e muito menos testar nesta compilação de indicadores, mas cabe interrogar quais são os mecanismos psicológicos e socioculturais subjacentes a estas diferenças, de modo a, em cada ciclo de estudos, contribuir para aproximar os comportamentos e aproveitamentos dos alunos dos das suas colegas.

